

## PAISAGEM CAMPONESA: USO DO SOLO, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO MANDACARU EM PETROLINA

### RURAL LANDSCAPE: LAND USE, AGROECOLOGY, AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE MANDACARU SETTLEMENT IN PETROLINA

Artigo recebido em: 29/12/2025

Artigo aceito em: 30/03/2026

#### Ana Regina Marinho\*

\*Universidade de Pernambuco (UPE), Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6583129971560365>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0224-2156>

[ana.marinho@upe.br](mailto:ana.marinho@upe.br)

#### Helena Paula de Barros Silva\*

\*Universidade de Pernambuco (UPE), Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8032029104613904>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5932-5796>

[helena.silva@upe.br](mailto:helena.silva@upe.br)

#### Priscila Felix Bastos\*

\*Universidade de Pernambuco (UPE), Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6696512456439349>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2743-172X>

[priscila.bastos@upe.br](mailto:priscila.bastos@upe.br)

The authors declare that there is no conflict of interest

#### Resumo

Este artigo analisa o uso do solo, o processo de resistência e as práticas agroecológicas no assentamento Mandacaru, localizado no município de Petrolina, no Vale do Rio São Francisco, no Sertão Pernambucano. A reforma agrária é compreendida como uma política de reestruturação fundiária voltada à promoção do bem-estar das famílias, do desenvolvimento local e da inclusão social. O estudo busca articular essas dinâmicas às práticas de Educação Ambiental e às possibilidades didático-pedagógicas voltadas à valorização de recursos naturais locais, considerando o potencial do solo como recurso educativo no ensino de Geografia, inclusive em estratégias sustentáveis como a produção de tintas ecológicas. Os usos do espaço no assentamento apresentam caráter coletivo, e a agroecologia contribui para a construção da identidade dos sujeitos, fortalecendo vínculos com o lugar e favorecendo a mediação de conflitos. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa, utilizando levantamento bibliográfico, visitas in loco e entrevistas. Os resultados evidenciam que o solo, além de sua

#### Abstract

*This article analyzes land use, resistance processes, and agroecological practices in the Mandacaru settlement, located in the municipality of Petrolina, in the São Francisco River Valley, in the semiarid region of Pernambuco, Brazil. Agrarian reform is understood as a land restructuring policy aimed at promoting family well-being, local development, and social inclusion. The study seeks to articulate these dynamics with Environmental Education practices and didactic-pedagogical possibilities focused on the valorization of local natural resources, considering the potential of soil as an educational resource in Geography teaching, including sustainable strategies such as the production of eco-friendly paints. Land use in the settlement is characterized by collective practices, and agroecology contributes to the construction of social identity, strengthening bonds with place and supporting conflict mediation. Methodologically, the research is grounded in the historical-dialectical materialism approach, adopting a qualitative perspective based on bibliographic review, fieldwork, and interviews. The results show that*



função produtiva, constitui elemento central da paisagem e apresenta potencial para subsidiar práticas educativas sustentáveis, contribuindo para a formação crítica e para o fortalecimento da Educação Ambiental no ensino de Geografia.

**Palavras-chave:** Uso do Solo. Agroecologia. Paisagem Camponesa. Educação Ambiental. Ensino de Geografia. Práticas Pedagógicas.

*soil, beyond its productive function, plays a central role in shaping the landscape and presents significant potential to support sustainable educational practices, contributing to critical thinking and strengthening Environmental Education in Geography teaching.*

**Keywords:** Land Use. Agroecology. Peasant Landscape. Environmental Education. Geography Teaching. Pedagogical Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira apresenta novos desafios diante de um contexto marcado pela expansão do agronegócio e pela priorização de políticas de caráter neoliberal. Nesse cenário, mesmo diante dos conflitos no campo, destaca-se a permanência de camponeses que resistem por meio da luta pela terra e pela construção de alternativas de produção.

Os assentamentos rurais inserem-se nesse contexto como espaços que expressam dinâmicas próprias, indo além da produção agrícola. A chamada “nova ruralidade” evidencia a articulação entre o campo e os espaços urbanos, envolvendo atividades diversas e relações econômicas e sociais que ultrapassam os limites do rural tradicional (Serafim, 2021; Veiga, 2007).

No Brasil, os assentamentos constituem a principal expressão das políticas de reforma agrária, configurando-se como espaços coletivos marcados por relações sociais, organização comunitária e práticas produtivas diversas. Quando acompanhados de infraestrutura, crédito e assistência técnica, esses espaços podem contribuir para o desenvolvimento local, inclusão social e melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

O estudo analisa o assentamento Mandacaru, localizado no município de Petrolina (PE), com ênfase no uso do solo e nas práticas agroecológicas, considerando suas relações com a organização do espaço e seu potencial para articulações no ensino de Geografia. Apesar da relevância dessas discussões, ainda são limitadas as abordagens que articulam o estudo do uso do solo em assentamentos rurais com práticas educativas no ensino de

Geografia, evidenciando uma lacuna entre a análise agrária e sua aplicação no campo educacional.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o uso do solo e o processo de resistência no assentamento Mandacaru, articulando essas dinâmicas com possibilidades didático-pedagógicas no campo da Educação Ambiental. O estudo também considera o potencial do solo como recurso educativo, especialmente no desenvolvimento de estratégias sustentáveis aplicadas ao ensino de Geografia, como a produção de tintas ecológicas, compreendida aqui como uma possibilidade pedagógica fundamentada em experiências formativas anteriores.

Parte-se do pressuposto de que a compreensão da paisagem e das práticas agroecológicas pode contribuir para a construção de metodologias ativas no ensino, promovendo a integração entre conhecimento científico, saberes tradicionais e práticas sustentáveis. Assim, o estudo busca não apenas analisar a realidade camponesa, mas também indicar caminhos para sua articulação com o contexto educacional.

Este artigo resulta de ações vinculadas ao projeto “Didática dos Solos: Abordagens Ativas para o Ensino de Perfis Pedológicos na Formação de Professores de Geografia”, desenvolvido no âmbito do Edital PROGRAD/PFA/UPE nº 06/2025.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-analítica, com caráter exploratório e propositivo, ao buscar compreender as dinâmicas de uso do solo no assentamento Mandacaru e, a partir dessa análise, discutir possibilidades de sua articulação com práticas educativas no ensino de Geografia. O estudo fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, permitindo compreender o espaço agrário como produto das relações sociais, marcado por contradições, conflitos e processos de resistência.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Mandacaru, localizado no município de Petrolina (PE), caracterizado por práticas agrícolas familiares e experiências agroecológicas. A coleta de dados envolveu diferentes procedimentos metodológicos, com o objetivo de apreender as dinâmicas socioespaciais do assentamento investigado. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico, que subsidiou a construção do referencial teórico e forneceu suporte para a análise das categorias centrais da pesquisa.

Além disso, foram realizadas visitas de campo ao assentamento, possibilitando a observação direta da paisagem, das práticas produtivas e das relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço. A observação teve caráter sistemático, permitindo a identificação de aspectos relacionados ao uso do solo e às práticas agroecológicas desenvolvidas no território.

Além da análise do assentamento, este estudo dialoga com uma experiência pedagógica realizada anteriormente em outro contexto, relacionada a uma oficina de produção de tintas ecológicas no ensino de solos.

Essa atividade foi desenvolvida na formação inicial de professores de Geografia e mostrou que o solo pode ser utilizado como um recurso didático importante, especialmente no uso de metodologias ativas e na Educação Ambiental.

É importante destacar que essa oficina não foi realizada no assentamento estudado. Neste trabalho, ela é utilizada como uma referência empírica, que ajuda a sustentar a proposta de uso educativo do solo.

A partir dos dados coletados no assentamento e da experiência pedagógica já realizada, o estudo propõe a possibilidade de aplicar a oficina de tintas ecológicas no contexto da Educação Ambiental e do ensino de Geografia em áreas de reforma agrária. Diante disso, essa proposta busca aproximar os saberes locais dos conhecimentos científicos, valorizar o solo como recurso educativo e contribuir para práticas pedagógicas mais contextualizadas.

Vale mencionar que a pesquisa seguiu os princípios éticos, garantindo o anonimato dos participantes, o consentimento para participação e o uso das informações apenas para fins acadêmicos.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Alguns grupos sociais apropriam-se do espaço, apoderando-se do espaço de outros sujeitos. Esse exercício de poder constitui-se pela delimitação de territórios. O espaço e a paisagem dos assentamentos analisados tiveram alteração em sua dinâmica produtiva causada pela necessidade de se estabelecer novas relações necessárias ao desenvolvimento rural. Segundo Azevedo (2017, p. 9), estas transformações estão relacionadas com:

[...] a manifestação da nova ruralidade – se fez sob o ‘comando da terra’ e em coerência com o peso histórico que a concentração fundiária desempenhou na conformação das configurações territoriais das regiões interioranas (Wanderley; Favareto, 2013, p. 447). A ‘nova ruralidade’ foi gestada e consolidada graças à transição democrática, que propiciou uma agenda de reformas formulada por movimentos populares, ONGs e associações de classe, instituições acadêmicas e de pesquisa em torno do direito à cidade e ao reconhecimento da população rural e de suas demandas (ROLNIK, 2009).

Foi necessário realizar uma conceituação de espaço e paisagem e entende-los na questão agrária. Segundo Santos (1999), paisagem e espaço não são sinônimos. “O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem por isso paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (SANTOS, 1996, p. 72). A paisagem é o aspecto visível do espaço, é a sua expressão formal, aparente. Assim, ela é histórica, social e concreta. O espaço é conteúdo, são as relações sociais em movimento e um sistema de valores em contínua transformação.

Santos (1999, p. 83) destaca ainda que “a paisagem é o conjunto de formas que, num determinado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

Assim, a paisagem existe como forma (uma casa vazia, um terreno baldio). São os movimentos da sociedade que animam as formas espaciais, atribuindo novas funções a essas formas, transformando e organizando o espaço. “A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma – conteúdo” (SANTOS, 1999, p. 88).

Na análise do espaço, Santos (1996, p. 73) afirma ainda que este é “o resultado de soma e de síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade”. Acrescentando que a espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais, ou das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.

Na inserção territorial dos processos sociais, com a análise da paisagem como expressão do cotidiano, pode-se analisar as transformações causadas na paisagem rural pela apropriação do território.

O território constitui um espaço que, como um campo de ações e um campo de forças, é demarcado pelas criações e pelas vivências/experiências humanas num dado momento da história e, notadamente, como um espaço apropriado, usado pelos agentes e atores socioterritoriais para alcançarem determinados fins (BAILLY; BEGUIN, 1982, apud CASTILHO, 2009, p. 10).

O território, assim como o lugar, constitui um elemento de aproximação da vida cotidiana. Por isso sentiu-se a necessidade de trabalhar com outra categoria que é a de assentamento.

De acordo com a conceituação do Incra, assentamento rural:

é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

O assentamento representa a espacialidade vivida pelos sujeitos. É no lugar, no espaço do vivido que o cotidiano se efetiva. E um desses lugares na dimensão do campo serão os assentamentos, no nível das relações imediatas, interpessoais, cotidianas do usuário.

Essa cotidianidade dos assentamentos ocorre a partir das suas casas, pessoas, caminhos de circulação, infraestrutura. Cada um deles apresentará diferentes imagens em diversos momentos históricos, fazendo parte do seu processo de transformação. Estudando o espaço dos assentamentos, é possível entender sua história, sua ocupação e o espaço vivido pelas práticas do cotidiano.

Os assentamentos relacionam-se com as cidades pequenas, médias e com os grandes municípios por meio do fornecimento de alimentos. Para atingir esse objetivo, foi necessário que o Estado investisse na ampliação da dinâmica produtiva voltada para a ampliação da infraestrutura e garantindo a circulação dos produtos.

A apropriação territorial do assentamento será repleta de significados para os sujeitos que a vivem e a sentem. Conseguir a posse da terra deve ser considerado um diferencial na vida diária dos assentados e também pela afetividade, identidade, como ponto de encontro da vida cotidiana dos camponeses. O processo de resistência e o fortalecimento dos movimentos sociais também se tornam essenciais. Será analisada neste artigo a relação e a construção da identidade das pessoas assentadas com o espaço.

Nos últimos anos, a interpretação das práticas de apropriação social do espaço rural tem despertado novas linhas de abordagens ao planejamento. A categoria lugar vai aparecer, nessa discussão, como uma forma de a população, por se sentir pertencente ao campo, buscar melhores condições e qualidade de vida. Nessa análise, é entendido que os

diversos segmentos sociais e econômicos se apropriam, vivem e usam o espaço. Assim, o lugar passa a ser entendido como território, como um objeto de conquista. Segundo Castilho (2009, p. 7), “não é mais o território por si que se torna alvo de disputas de poderes; mas também o uso do território, como meio de conquista do acesso a serviços e oportunidades concretas de inclusão social”.

A concentração fundiária da terra, causando a má distribuição das terras, traz à tona a questão da cidadania em que se insere a problemática espacial, pois a ocupação do espaço desigual amplia a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida da população. Com isso, nem sempre o acúmulo de riquezas no campo traz melhorias para a população, pois os camponeses, em sua maioria, não possuem acesso aos diversos usos e funções do campo, o que contribui para a desigualdade social.

As políticas, programas e projetos pensados para o campo nem sempre são bem-vindos ou aceitos passivamente pelas comunidades, visto que quase não são adotadas as políticas de participação comunitária na defesa dos interesses voltados para o desenvolvimento do campo, com a ampliação das políticas públicas, crédito rural, extensão rural, acesso à tecnologia e circulação e venda dos produtos. O poder público pensa as ações para o espaço rural objetivando os interesses do grande capital, do agronegócio, com o aumento das exportações, ampliação do uso de biotecnologia, defensivos e agrotóxicos, presença de grandes latifúndios com monoculturas, alta tecnologia, pouca mão de obra assalariada e diminuição da preocupação com as questões ambientais.

Por causa dessa diversidade de acesso às políticas de desenvolvimento rural e conflitos existentes, os camponeses passam a lutar pelos seus direitos. Eles não querem mais assistir ao movimento da janela. Não aceitam a existência de grandes obras que beneficiam poucas pessoas. Com isso, há o surgimento do conflito entre os diferentes atores, pois as pessoas “que antes apenas olhavam [...] agora invadem, lutam e disputam. As cadeiras não ficam mais nas calçadas – quanto mais distante desse mundo revelador e agressivo da miséria, melhor” (HAESBAERT, 2011, p. 97).

Dessa forma, o programa de reforma agrária que ocorre no Brasil desde 1961, vem sendo implantado como uma ação do Estado, no sentido de continuar modelando o espaço para atender os interesses das classes hegemônicas. Porém precisa ir além disso, pois a reforma agrária é um processo que pode beneficiar a população camponesa. Pode, igualmente, contribuir para o aumento da produção alimentar com a agricultura familiar,

diminuir a desigualdade social, aumentar a geração de emprego e renda, combater o êxodo rural e o aumento dos problemas sociais no espaço urbano.

Dessa forma, o estudo do programa de reforma agrária constitui-se em uma relevante estratégia de investigação para a compreensão da interface urbano-rural e suas transformações. O processo de aumento da população urbana e as mudanças na paisagem agrária ocorreram, sobretudo, devido à expulsão do homem do campo por diversos fatores. Entre eles, a modernização agrícola iniciada na década de 1960, com a utilização de máquinas, implementos agrícolas e insumos químicos que visavam impulsionar o desenvolvimento econômico, mas que, ao contrário, ampliaram as desigualdades regionais do espaço agrário brasileiro, com uma grave exclusão e concentração de terra e de renda. Esse processo de modernização enfraqueceu e marginalizou o pequeno produtor gerando o desemprego no campo, a fome e o êxodo rural, contribuindo para que a população urbana superasse a rural.

Devido às transformações ocorridas no campo brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1970, e mediante sua inserção no processo de modernização agrícola, com a revolução verde, no modo capitalista de produção, alguns foram e são os questionamentos acerca da agricultura com base no trabalho familiar e de sua permanência ou não nos territórios agrícolas. Isto porque o modelo de desenvolvimento adotado, ao distribuir-se de forma desigual pelo espaço brasileiro, privilegiando regiões, culturas e produtores mais capitalizados, acabou por promover a expropriação de parcela bastante significativa dos produtores familiares. Com as dificuldades que apareceram, várias pessoas residentes no campo deslocaram-se para as cidades ou, quando nele permaneceram, ficaram sujeitas a uma série de mecanismos de subordinação, aumentando, assim, os problemas sociais.

O espaço rural é um território complexo que possui várias identidades e é apropriado pela sociedade. Devido a essa diversidade, é normal que ocorram constantes disputas entre o poder público, privado e a sociedade civil organizada. Esses conflitos saem da esfera do espaço urbano para aparecerem com frequência no espaço rural.

Os programas são construídos a partir das políticas públicas, sejam elas de interesse econômico, que é o que tem predominado, sejam elas de interesse social. O ideal é que ambos os interesses caminhem juntos, pois sem a dimensão econômica nada é possível. Em termos de arrecadação, fazem-se necessários investimentos para fomentar a política adotada pelo Estado em prol dos seus cidadãos, sobretudo num Estado democrático, política essa direcionada à questão da inclusão social.

É preciso que se pense nas questões relacionadas à identidade e às raízes fincadas por essa população em relação a seu território de origem. O processo de remoção retira a população de sua residência, colocando-a em novos espaços. Em vários casos haverá o abandono desse novo território, com o repasse das terras e a volta para o lugar de origem, ou que possuam as mesmas características.

A disputa pela posse da terra, em alguns casos, pode não corresponder à garantia de permanência dos camponeses em seu território, fortalecendo a afetividade e a identidade. O poder público pode priorizar a legalização das terras para as forças hegemônicas.

O processo de reforma agrária faz com que ocorra a legalização das terras para o camponês, possibilitando que a renda da terra não fique apenas com os grandes proprietários:

[...] a legalização insere a terra informal no mercado formal, e não necessariamente o cidadão na cidade. De fato, a legalização da terra reduz o estoque total de terras ilegais, acarretando uma crescente disputa pelo solo ilegal. Ou seja, a legalização promove a exclusão dos incluídos no mercado ilegal, e não é suficiente para promover a inclusão das pessoas no mercado imobiliário formal, nem, muito menos, para capacitar os indivíduos a permanecer nesses mercados emergentes (SOUZA, 2002, p. 265).

A escassez de terras, motivada pela não colocação da terra no mercado, amplia as pressões pela ocupação de um determinado território, que potencializa as disputas ali localizadas. E é nesse processo de disputa que a população pobre do espaço rural quase sempre sai perdendo, ou seja, dele fica excluído, sem acesso à terra, ou quando acontece a reforma agrária, ela apenas tem a distribuição de terra, sem preocupação com a valorização da identidade e sem financiamento ou apoio técnico e governamental.

Dessa forma, após uma análise teórica sobre os conceitos importantes presentes neste artigo, foi necessário analisar dois casos de assentamento que passaram pelo processo de reforma agrária para compreender os desafios e possibilidades. Não se pode falar de movimentos sociais e resistência sem antes realizar uma análise que contextualiza o movimento.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise das práticas observadas no assentamento Mandacaru evidenciou que o

uso do solo está diretamente relacionado às dinâmicas produtivas, sociais e culturais dos sujeitos, configurando-se como elemento central na organização do espaço e na construção da paisagem camponesa. Nesse sentido, o solo não se limita à sua função produtiva, mas assume também um papel importante na construção da identidade, do pertencimento e das relações coletivas no território, corroborando a compreensão do espaço como produto das relações sociais (Santos, 2006).

As práticas agroecológicas desenvolvidas no assentamento demonstram uma relação mais integrada entre sociedade e natureza, ainda que marcadas por desafios estruturais, como limitações no acesso a crédito, assistência técnica e políticas públicas. Essa realidade evidencia as contradições presentes no campo brasileiro, onde, mesmo diante das dificuldades, os sujeitos constroem estratégias de resistência e permanência no território (Fernandes, 2008).

Além disso, a análise permitiu identificar categorias centrais para a compreensão da dinâmica local, tais como identidade, coletividade, resistência, organização social e sustentabilidade. Essas categorias reforçam que o assentamento deve ser compreendido não apenas como espaço de produção, mas como espaço vivido, marcado por relações sociais, conflitos e processos de construção territorial (Souza, 2013).

No que se refere à dinâmica produtiva, observa-se que o assentamento apresenta uma produção diversificada, voltada tanto para o consumo quanto para a comercialização, incluindo a participação em feiras agroecológicas. Esse aspecto reforça a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local e para a manutenção das famílias no campo, em consonância com a perspectiva de fortalecimento das economias rurais (Veiga, 2007).

Apesar disso, os resultados também apontam limitações no processo de consolidação da reforma agrária, especialmente no que diz respeito à efetivação de políticas públicas que garantam melhores condições de produção e qualidade de vida aos assentados. Tais limitações impactam diretamente a continuidade das práticas agroecológicas e a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

A partir dessas análises, observa-se que o solo, além de sua função produtiva, apresenta um significativo potencial como recurso educativo, especialmente no contexto da Educação Ambiental e do ensino de Geografia. As características do solo presentes no assentamento, como variações de cor, textura e composição, possibilitam sua utilização em práticas pedagógicas que aproximem os conteúdos escolares da realidade vivida pelos

sujeitos, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada (Cavalcanti, 2012).

Nesse sentido, ainda que não tenha sido realizada no assentamento investigado, a experiência pedagógica com a produção de tintas ecológicas, desenvolvida em outro contexto formativo, contribui para reforçar esse potencial educativo do solo. Essa experiência evidenciou que o uso do solo em atividades práticas favorece a compreensão de conteúdos relacionados à Pedologia, amplia o envolvimento dos participantes e contribui para o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica.

A oficina de solos, voltada à produção de tintas ecológicas, foi desenvolvida em um contexto formativo anterior, no âmbito da formação inicial de professores de Geografia, com o objetivo de explorar o potencial didático do solo por meio de atividades práticas. Inicialmente, foi realizada a coleta de diferentes tipos de solo, priorizando variações de cor e textura. Em seguida, os materiais coletados passaram por um processo de preparo, que incluiu a secagem, a retirada de impurezas e a trituração, até a obtenção de um pó fino. Posteriormente, esse material foi utilizado como pigmento natural, sendo misturado a substâncias aglutinantes para a produção das tintas ecológicas.

Durante a atividade, os participantes puderam observar e comparar as características dos solos, como coloração, granulometria e composição, relacionando esses aspectos aos conteúdos teóricos da Pedologia. A etapa final consistiu na aplicação das tintas produzidas em superfícies diversas, permitindo a experimentação direta e a reflexão sobre o uso do solo como recurso didático. A experiência possibilitou a articulação entre teoria e prática, evidenciando o potencial do solo como ferramenta pedagógica acessível, contextualizada e relevante para o ensino de Geografia e para a Educação Ambiental.

Dessa forma, os resultados dessa experiência, embora realizados em outro contexto, indicam que práticas pedagógicas baseadas no uso do solo podem contribuir significativamente para o ensino de Geografia e para a Educação Ambiental, especialmente quando articuladas às realidades locais.

Com base na realidade observada no assentamento Mandacaru e na experiência pedagógica previamente realizada, é possível indicar a oficina de produção de tintas ecológicas como uma estratégia didático-pedagógica viável para contextos de reforma agrária. A adoção de práticas dessa natureza pode favorecer a integração entre saberes locais e conhecimentos científicos, valorizar o solo como recurso educativo e contribuir

para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas e críticas.

Além disso, ao utilizar recursos disponíveis no próprio território, essas práticas tornam-se mais acessíveis e conectadas ao cotidiano dos sujeitos, fortalecendo a Educação Ambiental e promovendo uma aprendizagem que dialoga com a realidade do campo.

Assim, os resultados indicam que a análise do uso do solo no assentamento Mandacaru não apenas contribui para a compreensão das dinâmicas socioespaciais, mas também possibilita a identificação de caminhos para sua ressignificação no contexto educacional, ampliando o alcance do estudo ao integrar análise territorial e proposição pedagógica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos pela apropriação do espaço são constantes, porém, apesar de sua existência, há elementos que contribuem para a reprodução das relações sociais. Para garantir seus direitos como prática cidadã, os movimentos sociais de resistência encontram-se fortalecidos, pois não apenas reivindicam ações e proteção do Estado para permanecer em seus territórios, mas participam ativamente de lutas e conquistas para viver no campo com melhores condições de trabalho e acesso aos bens públicos, como educação de qualidade, saúde, cultura e lazer.

Espera-se, com este trabalho, ampliar a discussão acadêmica e técnica sobre os assentamentos inseridos em programas de reforma agrária, tanto no âmbito nacional quanto internacional, a partir da compreensão de uma política ampla de reestruturação fundiária, de apoio à produção e distribuição, de modo que promova o bem-estar das famílias e o desenvolvimento local.

A política de reforma agrária, segundo o Incra, para ser sustentável e comprometida com a qualidade de vida das famílias assentadas, deve garantir acesso à terra com infraestrutura adequada, crédito rural e assistência técnica. Quando realizada de forma eficiente, por meio dos assentamentos rurais, torna-se possível assegurar condições viáveis de produção, gerando resultados econômicos e sociais positivos, com inclusão social, cidadania e melhoria da qualidade de vida de populações historicamente excluídas.

Os usos dos espaços no assentamento são coletivos e revelam as relações do cotidiano, a sociabilidade e os interesses dos sujeitos, sendo necessário diálogo constante para a mediação de conflitos. Nesse contexto, o fortalecimento da agricultura familiar e das práticas agroecológicas configura-se como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, é indispensável garantir condições básicas de vida, de modo que os assentados não apenas habitem o território, mas se identifiquem com ele e vivenciem plenamente seu cotidiano.

Além disso, a valorização do solo, para além de sua dimensão produtiva, evidencia seu papel na construção da paisagem e nas práticas sociais, abrindo possibilidades para sua ressignificação no contexto educacional, especialmente no ensino de Geografia e na Educação Ambiental.

O assentamento Mandacaru, apesar das dificuldades enfrentadas, conseguiu, por meio da luta e da organização social, manter-se na terra, consolidar sua produção e gerar renda ao longo dos anos. Trata-se de um exemplo de resistência camponesa frente às contradições do capital, preservando sua identidade e fortalecendo suas relações com o território, ao mesmo tempo em que oferece elementos concretos para a construção de práticas educativas contextualizadas.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Nathália Figueiredo de. A “nova ruralidade” no Brasil contemporâneo. **Anais ANPUR**. ST 4.4-01. São Paulo, 2017.
- CASTILHO, Cláudio J. Moura. Quando o espaço se torna locus de disputa de poderes: ensaio sobre uma geopolítica urbana em Recife / PE. In: **Revista de Geografia**. Recife – DCG/NAPA, v.26, nº 2, mai/ago, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 2ªed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l’espace. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006). Mimeo.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4ªed. São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SERAFIM, Ana Regina. Resistência e identificação dos assentados rurais na Mata Norte Pernambucana, Brasil. In: Carrión Hurtado, Andrea, y María Fernanda López-Sandoval, coordinadoras. **Ciudades intermedias y nueva ruralidad**. Quito: FLACSO Ecuador, 2021.

SOUZA, F.A.M. de. Inclusão disputada: acesso à moradia em assentamentos informais em Recife. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição (orgs). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores. (p. 259-268), 2002.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 123-149, jan-abr, 2007.

### **Contribuição dos autores**

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

### **Disponibilidade dos dados**

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

### **Como citar este artigo (APA)**

Marinho, A. R., Silva, H. P. de B., & Bastos, P. F. (2026). PAISAGEM CAMPONESA: USO DO SOLO, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO MANDACARU EM PETROLINA. *Veredas Do Direito*, 23(7), e236181. <https://doi.org/10.18623/rvd.v23.6181>